

CULTURA POLÍTICA MENTALIDADES



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1989

FERNÃO LOPES E OS CRONISTAS COEVOS

O caso da *Cronica do Condestabre*

I. Desde sempre os estudiosos de Fernão Lopes se preocuparam em discutir o problema das fontes utilizadas pelo cronista na elaboração das suas obras. Tanto quanto sei, entre todas as contribuições aduzidas a este respeito, o trabalho de P. E. Russell intitulado *As Fontes de Fernão Lopes* e publicado em Coimbra, na sua versão portuguesa, no longínquo ano de 1941, continua a ser o mais autorizado e o mais completo.

Note-se, entretanto, que o esforço de reconstituição daquilo a que se poderá chamar a «mesa de trabalho» de Fernão Lopes tem sido quase sempre orientado no sentido de identificar as influências (formais) de que o cronista pode ter sido objecto, ou de permitir uma melhor definição do valor literário de Lopes no contexto europeu coevo, ou, finalmente, de tornar mais límpida a dilucidação do controverso problema suscitado pela existência de um texto anónimo reclamado como da sua autoria ⁽¹⁾. Isto é, raramente alguém se preocupou em estudar uma das fontes de que o cronista se serviu com o objectivo de, através de uma confrontação exaustiva com as narrativas correspondentes de Fernão Lopes, deitar luz sobre o tipo de aproveitamento estratégico que dela fez o autor da *Crónica de D. João I*. Os poucos contributos que podemos considerar próximos desta linha de análise visaram sempre o esclarecimento de questões

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

(1) Na intenção de evitar sobrecarregar este trabalho com a acumulação de indicações bibliográficas, permito-me remeter o leitor para o cuidadoso estudo crítico de G. Macchi, «Bibliografia di Fernão Lopes», *Cultura Neolatina*, XXIV (1964).

ou de situações manifestamente pontuais, do género das acima referidas⁽²⁾. E, contudo, um exercício daquela natureza afigura-se-me do maior interesse para uma melhor compreensão do enquadramento sociológico, político e ideológico que presidiu à redacção das obras do celebrizado cronista. A este respeito pretendi, em estudo anterior, fazer avançar decisivamente o problema⁽³⁾. Mas para que tal intenção se concretize, é necessário que outros trabalhos venham semear o terreno lavrado. Um desses trabalhos poderá passar precisamente por um estudo cuidadoso do tipo de aproveitamento que Lopes fez das *fontes narrativas* que teve ao seu alcance, as quais, como diversas vezes tem sido salientado, foram de longe aquelas a que o cronista dedicou maior atenção.

Entre as fontes narrativas que Lopes teve ao dispor na sua «mesa de trabalho» é inevitável destacar, em virtude da utilização que delas fez o cronista, as crónicas de Pero Lopez de Ayala (cronista e chanceler de D. João I de Castela, autor das histórias de quatro reis castelhanos e participante da batalha de Aljubarrota), a *Cronica do Condestabre* e uma crónica latina sobre o reinado de D. João I, que Lopes identifica como sendo da autoria de um Dr. Christophorus e que, infelizmente, não chegou até nós. Além destas, Lopes teve certamente ao seu alcance outras narrativas e/ou relatos de tipo biográfico sobre algumas das personagens a que a sua obra dedica maior atenção. No capítulo XLVII da *Crónica de D. Fernando* encontramos mesmo referência expressa a uma crónica de Martim Afonso de Melo relativa ao reinado do Formoso. E convirá ainda não esquecer que está longe de se encontrar esclarecido o problema de saber até que ponto é que Fernão Lopes terá realmente desconhecido as narrativas de Jean Froissart (1333-1410) respeitantes aos acontecimentos da revolução de 1383-1385. Material não falta, pois. Mas esta abundância (que, aliás, não surpreende, tendo até em conta os habituais processos de trabalho dos cronistas da época, que a si mesmos se chamavam de «compiladores») só convida a levar por diante um projecto de confrontação sistemática entre os relatos de Lopes e aqueles outros que, felizmente, estão ainda à disposição do nosso estudo crítico, nos termos

(2) É o caso do importante trabalho de Hernâni Cidade, a que mais adiante voltarei a fazer referência, intitulado «Fernão Lopes — é ou não o autor da 'Crónica do Condestabre'», *O Instituto*, vol. 81.º, n.º 1, 1931.

(3) Ver João Gouveia Monteiro, *Fernão Lopes, texto e contexto*, Coimbra, Minerva, 1988.

gerais por mim há pouco enunciados. Um trabalho desse tipo poderia exactamente iniciar-se a partir das crónicas de Pero Lopes de Ayala, dos relatos de Froissart e da *Cronica do Condestabre*.

No que diz respeito a Ayala, é evidente a oportunidade de que se revestiria um estudo que cuidadosamente anotasse a forma como, passo a passo, acontecimento a acontecimento, Fernão Lopes foi utilizando (ora reproduzindo, ora silenciando, ora ainda contestando abertamente) as crónicas do chanceler castelhano. Desse estudo resultaria, estou convencido, um xadrez muito curioso de situações, que não deixaria de possibilitar a extracção de conclusões do maior interesse. De facto, quase toda a *Crónica de D. Pedro* de Fernão Lopes foi construída com base na *Crónica de Don Pedro* (o de Castela) de Pero Lopez de Ayala, o mesmo acontecendo com os primeiros vinte e quatro capítulos da *Crónica de D. Fernando*. No fundo, Lopes resume o texto de Ayala, quase sempre sem o adulterar, seguindo-o autenticamente, embora por vezes de forma algo confusa. O cronista português omite, no entanto, algumas informações do seu homólogo castelhano que, pela sua relevância, não podem ser menosprezadas. Refiro-me, essencialmente, às manobras desenvolvidas junto da corte portuguesa por alguns membros da família castelhana dos Castro, com o objectivo de aliciar o então infante D. Pedro a encabeçar uma candidatura ao trono de Castela. Nos capítulos XXV a CX da *Crónica de D. Fernando*, a influência de Ayala (agora da sua *Crónica de Don Enrique II*) continua a evidenciar-se, embora de forma menos constante, dado que Lopes constrói então uma narrativa mais livre e apoiada também noutras fontes. No entanto, os episódios relacionados com as duas primeiras guerras fernandinas e os casamentos decorrentes da paz com Castela (e que envolvem o irmão e dois filhos de D. Henrique e a irmã e duas filhas de D. Fernando) justificam uma análise deveras cuidada. Para os capítulos CXI a CLXXVIII da *Crónica de D. Fernando*, Fernão Lopes serve-se da *Crónica de Don Juan I* de Pero Lopez de Ayala de forma igualmente irregular, mais para os assuntos militares que envolvem ambas as partes e também para os antecedentes e reacções imediatas à morte de D. Fernando. Não se notando divergências gritantes, há, no entanto, desfasamentos que podem ser muito significativos, bem como coincidências não desprezíveis em assuntos relevantes. Para a construção da 1.^a Parte da *Crónica de D. João I* Fernão Lopes utiliza o mesmo texto de Ayala, cuja narrativa interessa agora sobremaneira a Portugal. Embora só dedique

cerca de dez páginas ao período que vai da morte do conde Andeiro às cortes de Coimbra, Ayala refere-se sistematicamente a Portugal e, dado o seu estilo muito resumido, de forma extremamente densa. A sua *Crónica de Don Juan I* continua ainda a interessar a Fernão Lopes para os capítulos I a CXLVII da 2.^a Parte da *Crónica de D. João I*, embora de forma já não tão permanente, dada a natureza dos episódios em causa. Finalmente, Lopes utiliza também, entre os capítulos CXLVIII e CLVIII da sua 2.^a Parte da *Crónica de D. João I*, uma quarta obra de Pero Lopez de Ayala: a *Crónica de Don Enrique III*, a qual já poucas referências contém a Portugal. Aliás, Ayala viria a morrer em 1407, após longa ausência do reino de Castela e uma grave enfermidade.

Quanto a Froissart, é paradoxal o pouco interesse que (com poucas excepções) tem suscitado o conteúdo das suas narrativas acerca dos acontecimentos ocorridos em Portugal nos finais do século XIV. Com efeito, o tomo XII das *Chroniques* de Jean Froissart ⁽⁴⁾ comporta duas versões estruturalmente diversas daqueles acontecimentos. Um primeiro relato (ocupando os § 1 a 4 e 28 a 46), parece ter tido como fonte as informações obtidas (nos finais de 1388) por Froissart na corte de Gastão Febo, conde de Foix, em Orthez. Aí se encontravam muitos cavaleiros gascões que haviam participado directamente nas lutas entre Portugal e Castela ocorridas após a morte de D. Fernando, em 1383. Um segundo relato (ocupando os § 70 a 95, pelo menos) será o resultado de um encontro posterior ocorrido em Midelburgo, na Zelândia, entre Froissart e alguns portugueses, entre os quais o célebre João Fernandes Pacheco, cuja presença em Midelburgo fora noticiada ao cronista por mercadores portugueses em Brugge. Note-se que, no seu segundo relato, Froissart usa o artifício (supõe-se) de colocar a narrativa, provavelmente devida a Pacheco, na boca de um embaixador português em Inglaterra — o não menos célebre Lourenço Anes Fogaça —, que aí teria chegado após a batalha de Valverde e que retrospectiva, para o duque de Lencastre (a quem se pedia auxílio militar) os grandes acontecimentos ocorridos em Portugal entre o casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles e aquela batalha ⁽⁵⁾. Independentemente de terem sido ou não

⁽⁴⁾ Refiro-me à edição de Léon Mirot, Paris, 1931.

⁽⁵⁾ Sobre todos estes aspectos relacionados com a natureza do segundo relato de Froissart, é imprescindível a consulta do trabalho de Salvador Dias Arnaut, «Froissart e João Fernandes Pacheco», *Revista Portuguesa de História*, t. III, Coimbra, 1947, pp. 129-159.

do conhecimento de Fernão Lopes, parece-me que estes dois relatos (muito especialmente, como é óbvio, o segundo) deveriam merecer uma análise comparativa detalhada com os textos correspondentes de Lopes, tendo sobretudo em conta que a figura de João Fernandes Pacheco e o grupo de nobres a quem se encontra quase sempre associado (grupo esse a que poderíamos chamar de «fidalgos da Beira») são uma peça fundamental no desenvolvimento da estratégia narrativa do cronista português.

Finalmente, a *Cronica do Condestabre*. Escrita, com toda a probabilidade, nos anos trinta do século XV ⁽⁶⁾ e objecto em 1526 da sua primeira impressão, esta obra anónima foi, durante muito tempo e por diversos autores, atribuída ao próprio Fernão Lopes. Creio, no entanto, que a questão se encontra virtualmente decidida desde a publicação do estudo de Hernâni Cidade intitulado *Fernão Lopes — é ou não o autor da «Crónica do Condestabre»?* ⁽⁷⁾. De facto, aquele investigador demonstrou, com argumentos não só de natureza estilística, mas também resultantes da confrontação do conteúdo de partes dos respectivos textos, uns e outros bastante sólidos, que Fernão Lopes não pode ter sido o autor daquela biografia de Nuno Álvares Pereira. Embora, evidentemente, a tivesse conhecido e utilizado muito largamente nas suas próprias obras.

A *Cronica do Condestabre* constitui, assim, uma fonte narrativa de grande importância entre todas as de que Fernão Lopes se serviu no cumprimento da sua função de compilador-cronista. Cotejar sistematicamente os respectivos relatos nos pontos em que se intersectam torna-se, portanto, um trabalho necessário e que, de acordo com as intenções expressas no início deste ensaio, poderá organizar matéria que contribua

⁽⁶⁾ Na verdade, e como tem sido notado, a *Cronica do Condestabre* terá sido elaborada entre 1431 (ano provável da morte de Nuno Álvares Pereira) e 1453 (data em que Gomes Eanes de Zurara escreve a *Crónica da Conquista da Guiné*, onde se faz referência à biografia anónima do Condestável). Entretanto, a provável anterioridade da *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes (obra em que se utiliza já a *Cronica do Condestabre*), em relação à 1.ª parte da *Crónica de D. João I* (que, segundo o próprio Fernão Lopes, estava a ser composta em 1443), pode fazer recuar o termo *ad quem* da produção da biografia de Nuno Álvares Pereira para muito perto do ano de 1440. Aliás, segundo P. E. Russel, *ob. cit.*, p. 30, «é legítimo... supôr que a data mais provável da composição da *Cronica do Condestabre* anda à volta de 1435».

⁽⁷⁾ Cf. nota n.º 2.

para esclarecer um pouco melhor a visão do historiador acerca do perfil e da identidade da obra de Fernão Lopes. Desse cotejo (até hoje apenas muito precária ou parcialmente ensaiado⁽⁸⁾) se encarregará o presente trabalho, reservando para outra oportunidade exercício semelhante no que respeita às obras de Pero Lopez de Ayala e de Jean Froissart. Observe-se, desde já, que, ao proceder ao confronto crítico das matérias simultaneamente tratadas na biografia de Nuno Álvares Pereira e nas obras de Fernão Lopes, parto naturalmente do princípio de que Lopes teve ao seu dispor uma versão da *Cronica do Condestabre* semelhante àquela que, através da sua edição quinhentista, chegou até nós⁽⁹⁾.

II. Não restam dúvidas de que a esmagadora maioria dos capítulos da *Cronica do Condestabre* foi aproveitada (de uma maneira ou de outra) por Fernão Lopes. É isso mesmo que o quadro n.º 1, que apresento em apêndice, demonstra; nele, o leitor poderá encontrar o local em que, na obra de Lopes, se encontra a matéria tratada em cada um dos capítulos da *Cronica do Condestabre*⁽¹⁰⁾.

(8) Ver, designadamente, Joaquim Ferreira, *Texto Anotado de Fernão Lopes*, Porto, 1940. Este autor (que atribui ainda o *Condestabre* a F. Lopes) limita-se a indicar (com muitos erros) os capítulos da biografia anónima que reaparecem na *Crónica de D. João I*.

(9) Afasto-me, assim, da opinião de P. E. Russell, *ob. cit.*, p. 30, mais tarde retomada por António José Saraiva, em *Fernão Lopes*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d. (a 2.ª edição, refundida, é de 1965), p. 19. Segundo Russell, «Lopes dispôs de um texto do *Condestabre* muito mais minucioso do que aquele que hoje possuímos, simples resumo da versão original». Russell alicerça esta ideia no facto de Lopes apresentar um relato muito mais completo e pormenorizado dos acontecimentos igualmente tratados no texto impresso do *Condestabre*: «Assim, encontramos Lopes transcrevendo o texto impresso, e logo a seguir, sem nenhuma mudança aparente de fonte, dando-nos informações que não aparecem naquele a respeito de Nuno Álvares, para em seguida regressar à sua transcrição...». Parece-me muito pouco para tão ousada sugestão. Fernão Lopes teve ao seu dispor muitas outras fontes, que intercala quando lhe convém na sua narrativa, sem desse facto dar qualquer conta ao leitor. É o que se passa, por exemplo, com as crónicas de Ayala, tão abundantemente utilizadas em todas as obras de Lopes. Nada de exacto permite, até ao momento, supor que tenha existido uma versão da *Cronica do Condestabre* substancialmente diferente daquela que a edição quinhentista nos deu a conhecer.

(10) Os sete quadros que se incluem em apêndice a este trabalho pretendem documentar a forma como Fernão Lopes utilizou a narrativa da *Cronica do Condestabre*. O quadro n.º 1 é puramente remissivo, localizando os momentos do relato de Lopes em que são aflorados

Como se verifica através da consulta do quadro n.º 1, apenas sete capítulos da crónica anónima não intersectam a narrativa de Lopes. Deles nos ocuparemos mais adiante. Entretanto, o leitor terá a paciência de notar que, por vezes, a um único capítulo da *Cronica do Condestabre* corresponde a indicação de mais do que um capítulo das obras de Lopes. Quer isso dizer, evidentemente, que não há uma correspondência directa, capítulo a capítulo, entre as duas narrativas, pois Fernão Lopes utiliza muitas outras fontes e serve-se da biografia de Nuno Álvares quando e até onde lhe interessa, de acordo com o esqueleto (muito mais criterioso e complexo) da sua própria obra. Quanto aos restantes setenta e três capítulos, a utilização que deles fez Fernão Lopes é de tal maneira desigual que somos obrigados a examiná-los por partes.

Assim, temos um primeiro conjunto de situações (correspondente a 28 capítulos ou partes de capítulo ⁽¹¹⁾) em que Lopes, ou reproduz praticamente sem alteração o próprio texto da *Cronica do Condestabre*, ou o segue muito de perto, interpolando apenas modificações muito ligeiras. A este respeito, queira o leitor consultar, no Apêndice, os quadros n.ºs 2 e 3 ⁽¹²⁾.

Em relação a este conjunto de situações, verificamos que se trata, na maior parte dos casos, de capítulos cuja matéria tem sobretudo que ver com a vida pessoal de Nuno

os temas tratados nos oitenta capítulos do *Condestabre*. Os quadros 2 a 6 estudam os diversos tipos de aproveitamento da biografia de Nuno Álvares praticados por Fernão Lopes, desde a transcrição sem cerimónias até ao mais contundente desmentido, passando por uma situação intermédia de aproveitamento condicionado. Finalmente, o quadro n.º 7 regista os capítulos da biografia anónima que contém matéria não abordada por Lopes.

Esclareça-se que, nos quadros que a partir de agora apresento, foi necessário utilizar algumas abreviaturas. Assim, C.C., C.D.F., C.D.-J., I e C.D.J., II correspondem, respectivamente, a *Cronica do Condestabre*, *Crónica de D. Fernando*, *Crónica de D. João I (1.ª Parte)* e *Crónica de D. João I (2.ª Parte)*.

⁽¹¹⁾ O desdobramento em «partes de capítulo» tornou-se imprescindível pelos motivos atrás indicados, a propósito da inexistência de uma relação directa entre a estrutura do *Condestabre* e a das obras de Lopes.

⁽¹²⁾ A subdivisão que os quadros 2 e 3 protagonizam dentro deste primeiro conjunto de situações pretende apenas sublinhar a existência de capítulos ou partes de capítulo do *Condestabre* que Lopes transcreve de forma praticamente literal (o que tem a sua importância para a análise do problema do plágio e da apropriação fácil das obras de outrem na literatura medieval).

Alvares Pereira (a família, o casamento, a vida no Minho), ou com movimentos preparatórios de Nuno Álvares que antecedem a sua participação em certas operações militares ou em determinados acontecimentos políticos (a caminho da fronteira do Alentejo, o regresso ao sul após a partida da frota do Porto, o recrutamento de tropas antes dos Atoleiros, os preparativos para Valverde, a caminho da reunião de Abrantes, a participação nas negociações de paz com Castela, a resposta ao chamamento de D. João I em Santarém para reunião do conselho de guerra, etc.), ou ainda com algumas peripécias curiosas passadas com Nuno Álvares durante os acontecimentos de 1380-1385 (o desafio ao Mestre de Santiago de Castela, a artimanha engendrada para estar presente na batalha de Elvas-Badajoz, o incidente provocado por ocasião da boda de D. Beatriz e de D. João I de Castela, o episódio do alfacame de Santarém, etc.). Como se nota, tudo matéria que não parece demasiado delicada, quer no que diz respeito à organização do relato político dos acontecimentos em causa, quer no que toca à caracterização da figura de Nuno Álvares Pereira. Exceptuar-se-ão, talvez, as referências à intervenção «infeliz» (do ponto de vista régio) de Nuno Álvares nas cortes de Braga, à existência de um clima de inveja contra Nuno Álvares no conselho do Mestre de Avis, às desavenças entre o poderoso (e ambíguo) conde Álvaro Peres de Castro e o Mestre e, finalmente, aos preparativos do Condestável para deixar Portugal, após o grave conflito que o opôs a D. João I e que acabou por ser ultrapassado na sequência de uma complicada negociação. Tudo o mais são episódios relativamente banais, relacionados com a campanha de Nuno Álvares Pereira num ou noutro ponto do reino.

Detectei, posteriormente, um segundo conjunto de situações em que Fernão Lopes, sem se distanciar verdadeiramente da *Cronica do Condestabre*, a utiliza de forma claramente condicionada, ou porque dispõe de mais fontes que pretende utilizar para o relato dos mesmos temas, ou porque o seu sentido crítico e o próprio tecido do seu texto o convidam a algumas cautelas e clarificações, a enquadramentos (ou a resumos) e a pequenas correcções e acrescentos. Consulte-se, a este propósito, o quadro n.º 4, que se apresenta em anexo.

Como se deduz da análise deste segundo conjunto de situações (que inclui 32 capítulos ou partes de capítulo) a «mão» de Fernão Lopes intervém no sentido de dar uma maior ossatura e equilíbrio a uma narrativa que se pretende

muito mais articulada e precisa, ou de garantir a produção de um relato mais «humano» e onde, por isso mesmo, as referências de tipo fantástico mais ou menos gratuitas são cautelosamente depuradas, ou ainda no sentido do enriquecimento formal do próprio discurso. Entretanto, e apesar da referida utilização simultânea de outras fontes (várias delas desconhecidas) turvar um pouco o nosso campo de análise, não posso, paralelamente, deixar de notar que alguns dos acrescentos introduzidos por Lopes em relação ao texto do *Condestabre* devem conter um cunho estratégico apreciável. Recordo, designadamente, o envolvimento directo do infante D. João com a causa castelhana durante as guerras fernandinas, a ambiguidade de um diálogo entre Rui Pereira e o Mestre de Avis acerca de Leonor Teles, a acentuação do significado da adesão de Nuno Álvares à causa do Mestre e de certas desconfianças populares em relação ao futuro Condestável, a condenação de alguns fidalgos que se posicionavam de forma politicamente defensiva e, por isso, duvidosa nos inícios da revolução, o denegrir das figuras de Gil Fernandes de Elvas e do Prior do Hospital, Alvaro Gonçalves Camelo, a salvaguarda da irrepreensibilidade do comportamento militar de Nuno Álvares Pereira e, sobretudo, a abordagem do problema das decisões régias de Atouguia a partir de um ângulo que avoluma as desconfianças acerca do comportamento volúvel e influenciável de D. João I para com o seu Condestável.

A situação que venho de referenciar fica, entretanto, a meio caminho entre o grupo inicial e um terceiro conjunto de situações, o qual inclui 23 capítulos ou parte de capítulo da crónica anónima que apresentam versões de determinados acontecimentos claramente discordantes das sugeridas por Fernão Lopes. É esta identificação que pretendo sugerir no quadro n.º 5 do Apêndice a este trabalho.

Como se pode observar, as divergências do texto de Lopes em relação ao texto correspondente da *Cronica do Condestabre* (e que resultam, quer de acrescentos decisivos, quer de omissões, quer ainda da apresentação, pura e simples, de outras versões) têm fundamentalmente que ver com: a confirmação da ideia do carácter desastroso da política militar de D. Fernando; a salvaguarda da legitimidade do comportamento político do partido de um Mestre de Avis que foi alçado ao trono com a concordância, em bloco, de todo o reino e cujas tropas se distinguem pela sua unidade

e pela lealdade para com os respectivos comandantes; a acentuação dos aspectos negativos da figura individual de D. João I, mau estratega militar e homem de palavra incerta; a caracterização venenosa de alguns apoiantes iniciais do partido do Mestre de Avis (aos quais, curiosamente, Nuno Álvares nunca tivera grande amizade); e, finalmente, a redefinição do perfil do Condestável, em moldes igualmente valorativos mas, em todo o caso, diferentes: Nuno Álvares Pereira não é tanto um ser transcendente e de imaginação incontida, conflituoso e sempre aventureiro, espontâneo, emotivo e terrivelmente avesso à derrota, mas antes um predestinado profundamente religioso, que se situa acima dos conflitos e rivalidades pessoais, que não vai em pânico nem em aventuras, que, sem abusar dos seus poderes, garante a eficácia e o prestígio militares das suas tropas e que, não obstante, serve fielmente o seu rei, de quem está, aliás, perfeitamente à altura em todos os aspectos.

Este terceiro conjunto de situações vem ainda a ser completado (e definitivamente confirmado) através de um pequeno núcleo de 6 capítulos (ou partes de capítulos) em que a narrativa da *Cronica do Condestabre* não só é preterida a favor de uma versão substancialmente divergente, como chega a ser expressamente recordada (sem, contudo, o nome da fonte alguma vez ser citado) para, de seguida, ser desmentida, através da apresentação de uma outra versão do mesmo assunto. Veja-se, a este respeito, o quadro n.º 6 apresentado em anexo ⁽¹³⁾.

Da análise deste quadro n.º 6 não se extrapolarão conclusões muito diferentes das já retiradas para o quadro n.º 5, embora seja curioso notar que, quanto ao capítulo XXXVI (2.ª parte), e por qualquer motivo (certamente relacionado com as graves decorrências futuras da não concretização do projecto de Nuno Álvares), Fernão Lopes tenha acabado por optar por uma versão bem menos insidiosa para o Mestre de Avis. Registe-se, em qualquer dos casos, a contundência com que Lopes desmente (por exemplo, a propósito de Palmela e dos lugares do Mestrado de Santiago estarem ou não por Portugal) a versão correspondente da *Cronica do Condestabre*.

⁽¹³⁾ Distingui, dentro deste terceiro conjunto, a situação registada pelo quadro n.º 5 daquela que o quadro n.º 6 apresenta, com o objectivo de chamar a atenção para os passos da obra de Lopes em que a narrativa do *Condestabre* é expressa e contundentemente rebatida (foi este um dos factos que convidou Hernâni Cidade a contestar a atribuição a Lopes da autoria da biografia de Nuno Álvares Pereira).

Percorremos, assim, todos os capítulos em que a narrativa da crónica anónima é, de uma forma ou de outra, intersectada pela narrativa de Fernão Lopes. Resta agora considerar os sete capítulos que, como afirmei atrás, incluem matéria não abordada por Lopes nas suas próprias obras. São esses capítulos que compõem o sétimo e último quadro incluído em apêndice.

Ou por corresponderem a assuntos bastante localizados e pontuais (à excepção, talvez, do capítulo LXXV, onde se referem as menagens a D. Duarte, novo primogénito), ou por se situarem já fora do âmbito cronológico da narrativa de Fernão Lopes, não creio que, de momento, a apreciação destes sete casos acrescente ou contradiga alguma coisa em relação ao que já foi possível dizer atrás.

III. Creio que o esforço de elaboração (e de consulta) dos diversos quadros comparativos apresentados se encontra plenamente recompensado pela possibilidade de deles retirarmos algumas conclusões globais interessantes, ainda que necessariamente provisórias e a aprofundar através de um estudo do problema que inclua também outras fontes utilizadas por Lopes. Assim, e na linha das suspeitas insinuadas na primeira parte deste estudo, julgo que fica claro que o aproveitamento que Fernão Lopes faz das fontes narrativas ao seu dispor não é, de forma alguma, inocente. Só por ingenuidade se pode continuar a admitir que o cronista se afasta ou se aproxima dos relatos que teve ao seu alcance por razões *unicamente* explicáveis em função das exigências de forma e de articulação lógico-estrutural da sua narrativa, ou, pior ainda, da preocupação de garantir a verdade objectiva dos factos da forma mais transparente possível. Na verdade, insistimos que, tal como tem sido, entre outros, sublinhado por aqueles que — como é o caso de Albert Memmi — têm dedicado o seu estudo à sociologia da literatura, «o facto literário não pode ser considerado como um documento, ou como o resultado de um inquérito — pelo menos em primeira instância: ...é sempre possível uma distorção dos factos, tanto em consequência de uma reconstrução imaginativa como por razões de forma, ou, simplesmente, por ardil (frequentemente ditado por razões sociais); ...o escritor é

um efabulador; quer dizer: não diz a verdade e é sempre a verdade que ele diz... à sua maneira» (14).

Ora, julgo que o tipo de aproveitamento que Fernão Lopes faz da *Cronica do Condestabre*, o qual fui comentando de forma parcelar, obriga a reconhecer que, através de todos aqueles acrescentos e omissões, se desenha um *puzzle*, pensado e distribuído pelas várias crónicas, que confessa uma determinada intencionalidade, a meu ver articulada em dois vectores principais: a defesa da necessidade e da «pureza» da revolução de 1383-1385 (face ao desastre da política fernandina, tudo apontava para uma mudança que só o Mestre de Avis — e nunca o por demais comprometido infante D. João — podia encabeçar, solução essa que todos os portugueses viriam, em reunião magna, a admitir e aceitar como sua); e a apologia da superioridade (perante o defensismo e a inclinação para o compromisso traiçoeiro dos velhos paladinos da aristocracia e a estreiteza e impetuosidade por vezes desconexa das massas populares) de uma jovem nobreza (obviamente apresentada de forma modelar em torno da figura de Nuno Álvares Pereira) cujo empenhamento generoso e persistente numa causa justa e, afinal, consignada por Deus, acaba por fazer esquecer os *handicaps* resultantes de uma origem social algo duvidosa.

A comparação a que acabei de proceder convida, além disso, a que se retirem algumas conclusões suplementares, as quais terão precisamente que ver com a diferente natureza das duas narrativas em confronto, com reflexos óbvios na imagem que nos transmitem do seu herói principal. De facto, e apesar da sua designação, a *Cronica do Condestabre* parece mais inscrita na tradição da hagiografia do que na família da crónica propriamente dita (15). O exame desta biografia de Nuno Álvares Pereira revela-a ainda muito próxima da linha literária das célebres Vidas de santos. De resto, é muito curioso o facto da sua primeira impressão datar de 1526. É que é precisamente dos inícios do século XVI (mais exactamente de 1513) que datam os dois primeiros *Flos Sanctorum*, colectâneas de literatura hagiográfica medieval em

(14) Albert Memmi, in Georges Gurvitch, *Tratado de Sociologia*, trad. port. t. II, Lisboa, Inic. Edit., 1977, p. 425.

(15) Agradeço as observações e sugestões que, a este propósito, o Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro teve a amabilidade de me fazer, por ocasião da leitura do meu trabalho «Orientações da cultura da corte na 1.ª metade do século XV (a literatura dos príncipes de Avis)», *Vértice*, II Série, n.º 5 (1988).

língua portuguesa mandadas compilar por D. Manuel I, as quais, graças à acção do dominicano Frei Diogo do Rosário (ele próprio autor, em 1567, de um terceiro *Flos Sanctorum*), vieram a adquirir, ao longo do século XVI, uma grande popularidade ⁽¹⁶⁾. É difícil deixar de associar algumas narrativas dos finais da Idade Média exteriormente aparentadas com a «crónica», com toda essa tradição hagiográfica. Entre o século XIV e os inícios do século XVI temos, por exemplo, o *Livro que fala da boa vida que fez a Raynha de Portugal, Dona Isabel*, o *Memorial da Infanta Santa Joana, Filha del Rei Dom Afonso V* (integrado na *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro*) e o *Trautado da vida e feitos do muito virtuoso S.^{or} Ifante Dom Fernando*, obras todas elas elaboradas pouco tempo depois da morte das personagens que se destinavam a biografar e merecedoras da classificação de «crónica hagiográfica» que já lhes tem sido atribuída ⁽¹⁷⁾. Escrita, entre 1451 e 1460, pelo seu secretário e companheiro de cativo Frei João Álvares, mais tarde cavaleiro da Ordem de Avis e abade comendatário do mosteiro de Paços de Sousa, a biografia do desafortunado infante D. Fernando parece ser mesmo um excelente exemplar deste género literário, que marca um pouco a transição entre a hagiografia clássica (curiosamente nascida da biografia) e a crónica «tout court» ⁽¹⁸⁾. Trata-se de narrativas onde o imaginário e o fantástico surgem de alguma forma controlados pela preocupação de não fugir excessivamente ao real e de preservar a veracidade dos factos essenciais, dentro de uma estrutura narrativa minimamente articulada e onde é frequentemente visível a presença do respectivo narrador. É claro que, como em toda a hagiografia, estas obras alimentam-se da preocupação do «apostolado», da «exemplaridade», centrados em torno da personagem *santa* que dá origem à biografia. Creio, entre-

⁽¹⁶⁾ A este respeito, deve ver-se Maria Clara de Almeida Lucas, *Hagiografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, I.C.P., 1984.

Recordo, simultaneamente, a cumplicidade clerical de que se reveste a produção literária dos meios laicos portugueses dos finais da Idade Média, designadamente daqueles meios situados mais próximos do poder político (veja-se, a este respeito, o meu ensaio indicado na nota anterior).

⁽¹⁷⁾ A expressão é de M. Clara Almeida Lucas, *ob. cit.*, especialmente p. 83.

⁽¹⁸⁾ Além da obra supracitada de M. Clara de Almeida Lucas, deve ver-se também a edição crítica do *Trautado da vida e feitos do muito virtuoso S.^{or} Ifante Dom Fernando* preparada por Adelino de Almeida Calado, Coimbra, 1960.

tanto, que também aqui a nossa *Cronica do Condestabre* não escapará a um possível enquadramento dentro desta família das «crônicas hagiográficas». Repare-se no seu capítulo LXVII (um daqueles em relação aos quais Fernão Lopes passou praticamente por cima): aí é relatada uma estranha doença de Nuno Álvares; uma doença que surge tão repentinamente quanto acaba e que ficou marcada por importantes alterações do comportamento psicológico e social do Condestável, que com os seus destemperos e bruscos assomos, quer de bonomia, quer de raiva, colocou, durante cerca de três meses, todos aqueles que o rodeavam em verdadeiro pânico e permanente estado de alerta. Situado já relativamente perto do final da obra, este capítulo antecede uma fase da intervenção militar do Condestável marcada sobretudo pela satisfação dos compromissos de guerra anteriormente assumidos, pelo auxílio *in extremis* a D. João I e pelo envolvimento na «guerra justa» contra os infiéis de Ceuta. Depois, bom, depois é a entrada para o mosteiro do Carmo, a vida religiosa e a morte do herói, logo seguida de diversos milagres no local do túmulo. Atente-se agora no que, a propósito das Vidas de santos, afirmou Aaron Gourevitch:

«...elles ne constituent pas une analyse de la vie intérieure, spirituelle de l'homme qui serait peu à peu et logiquement passé d'un état de péché à celui de sainteté. Nous avons déjà dit que ce passage était soudain, qu'il n'avait pas été préparé psychologiquement: le pécheur, subitement, se repentait et commençait à mener la juste vie du saint «modèle», ou bien la sainteté se révélait en lui de façon miraculeuse. Cette renaissance prenait alors la forme d'une maladie physique, suivie de guérison ou d'une lutte entre les forces du bien et du mal, dans le cadre intérieurement passif de l'âme humaine» (19).

Creio que isto ajudará a clarificar a imagem de Nuno Álvares Pereira que nos é transmitida pelo seu biógrafo anónimo. O condestável, que vê coisas que ninguém mais vê, que se aguenta uma porção de tempo sozinho em combate contra 250 adversários, que frequentemente decide as complicadas desavenças da guerra usando tão somente o poder persuasivo da sua palavra, que intercala obsessivamente tudo quanto é missas e romarias pelo meio das suas expedições militares, que tem a exacta intuição da profecia certa no

(19) Aaron Gourevitch. *Les Catégories de la Culture Médiévale*, trad. franc., Paris, Gallimard, 1983, p. 305.

momento certo, que alimenta na sua hoste uma disciplina feita também de devoção e de irrepreensibilidade moral e que, após toda a vida ter abdicado dos seus bens, termina gloriosamente os seus dias ao serviço de Deus, desejando apenas guardar para si uma samarra e esmolar o próprio sustento, tem, na verdade, ainda que posto em «crónica», muitas semelhanças com os «santos exemplares» da recuperada tradição hagiográfica.

Quanto ao Nuno Álvares das *crónicas* de Fernão Lopes, tem um perfil muito mais sóbrio. É certo que é um predestinado que veste em menino o velho arnês do Mestre de Avis e a quem o astrólogo do pai, o rei de Portugal e o próprio monarca castelhano profetizam grandes feitos. Porém, a sua figura não possui a emotividade algo transcendente característica da da biografia anónima. Decidido e bravo, sem dúvida, a sua intervenção nas páginas de Lopes revela-o mais como uma espécie de «consciência dos acontecimentos», como um referente permanente da justiça e da razão, e por isso mesmo um bocado superior às questiúnculas pessoais ou de grupo e às rivalidades mesquinhas. A sua participação na guerra (e a das suas tropas) não sofre qualquer beliscadela. Nuno Álvares é sempre o homem das opções acertadas e das vitórias seguras. Não tanto porque isso emane da sua condição transcendente, mas mais porque ele representa o modelo de acção conveniente em qualquer circunstância. Devoto, é certo (como se verifica em Valverde) e generoso, o Nuno Álvares de Lopes surge, entretanto, mais «humanizado» em relação ao da *Cronica do Condestabre*. O seu aproveitamento «exemplar» pelo autor também seria outro...⁽²⁰⁾. Por isso, os conflitos pessoais mais graves em que aparece envolvido é ao rei que o opõem, sem que, contudo, mesmo quando se prepara para abandonar Portugal, a respectiva fidelidade seja posta em causa. Entre o Condestável de Lopes e D. João I perpassa uma tensão intermitente e muda, que vem ao de cima quando estão em causa os interesses da «casa de Portugal» ou o respeito pelos compromissos assumidos. E quando assim é, a balança pende invariavelmente a favor do Condestável.

O buliçoso «santo condestável» da biografia anónima surge, assim, na narrativa de Lopes, sob a imagem do predestinado sóbrio e seguro que adere sem hesitações ao melhor

⁽²⁰⁾ A propósito da importância estratégica que a figura «exemplar» de Nuno Álvares Pereira tem na economia do discurso de Fernão Lopes, veja-se o que eu afirmo em *Fernão Lopes, texto e contexto*, já cit., designadamente pp. 127-128.

partido numa revolução intocável (sob este ponto de vista a figura do seu cabecilha, o Mestre de Avis, não é verdadeiramente posta em causa) e que, no decurso dos acontecimentos revolucionários, protagoniza sempre a orientação político-militar correcta, «forçando», quando necessário, os que o rodeiam às opções mais justas, com base na sua própria autoridade moral, na sua coragem física e na sua intransigência de princípios. Por ele passa, subtilmente, a charneira entre os bons e os maus, entre a frontalidade e a dissimulação, entre o interesse comum e os pequenos egoísmos. Ninguém mais, nas crónicas de Lopes, desfruta deste estatuto privilegiado. Ele é absolutamente distinto e, como se depreende da comparação sistemática levada a cabo com a *Cronica do Condestabre*, cuidadosamente moldado pelo cronista de D. João I.

Fernão Lopes e os cronistas

QUADRO N.º 1

ONDE FERNÃO LOPES TRATA OS ASSUNTOS VERSADOS
PELA CRONICA DO CONDESTABRE:

C. C.	F. LOPES	C. C.	F. LOPES	C. C.	F. LOPES	C. C.	F. LOPES
I	CDJ,I, XXXII	XXIII	› , LXXII	XLIII	CDJ,II V VI VII	LIX	› , CXXXIII
II	› , XXXIII	XXIV	› , LXXI › , LXXIV			LX	› , CXXXVII CXXXVIII
III	› , XXXIV	XXV	› , LXXV	XLIV	› , VIII	LXI	› , CLII
IV	› , XXXIV	XXVI	› , LI	XLV	› , IX	LXII	
V	› , XXXIV › , XXXV	XXVII	› , LXXXVII › , LXXXIX	XLVI	› , XIV	LXIII	CDJ,II, CLIII CLIV
VI	› , XXXV	XXVIII	› , XC › , XCII › , XCIII › , XCIV › , XCV	XLVII	› , XV › , XVIII	LXIV	› , CLV › , CLVIII; › , CLX
VII	› , XXXV CDF, CXXVI			XLVIII	› , XXII › , XXIII › , XXIV		
VIII	CDF, CXX					LXV	› , CLX
IX	› , CXIX › , CXX	XXIX	› , XCVI	XLIX	› , XXIV › , XXV	LXVI	› , CLXI › , CLXII
X	› , CXXI	XXX	› , CXXV › , CXXVI	L	› , XXV	LXVII	› , CLXIII
XI	› , CXXII › , CXXIII	XXXI	› , CXXVIII	LI	› , XXX › , XLVI (LI)	LXVIII	› , CLXIII › , CLXVII
XII	› , CXXXVI › , CXXXVII › , CXXXVIII	XXXII	› , CXLIII			LXIX	› , CLXXIII
		XXXIII	› , CXLIV	LII	› , LII		
XIII	› , CLI › , (CLIII/CLIV)	XXXIV	› , CXLV › , CXLVI	LIII	› , LIII › , LIV	LXX	› , CLXXIII › , CLXXIV
		XXXV	› , CXLVII				
XIV	› , CLXVI	XXXVI	› , CL › , CLII	LIV	› , LV › , LVIII	LXXI	
XV	CDJ,I, IV	XXXVII	› , CLVII › , CLVIII	LV	› , LXVI; › , LXIX a › , LXXI	LXXII	CDJ,III, CLXXVII › , CLXXXII; › , CLXXXIII
XVI	› , IV › , XXXVI	XXXVIII	› , CLXXI › , CLXXII	LVI	› , LXXIV › , LXXV › , LXXVIII	LXXIII	› , CLXXXIII
XVII	› , XXXVI	XXXIX	› , CLXXII			LXXIV	› , CLXXXIII › , CLXXXIV › , CCI
XVIII	› , XXXVII › , XXXVIII					LXXV	
XIX	› , XXXVIII › , XXXIX	XL		LVII	› , XC › , XCII › , XCIII › , XCIV › , C a CXIII; › , CXV › , CXVI	LXXVI	CDJ,II, CCIII
XX	› , XL › , (XLI) › , LI	XLI	CDJ,I, CLXXIV › , CLXXVIII › , CLXXX › , CLXXXI			LXXVII	
XXI	› , LI					LXXVIII	
XXII	› , LXX	XLII	› , CLXXXII › , CXCI	LVIII	› , CXXXI	LXXIX	
						LXXX	CDJ,III, (CXCIX) CC

Revista de História das Ideias

QUADRO N.º 2

CAPÍTULOS (OU PARTES DE CAPÍTULO) DA
CRÓNICA DO CONDESTABRE QUE SÃO PRATICAMENTE
REPRODUZIDOS NAS OBRAS DE FERNÃO LOPES:

Localização na CC	Assunto Versado
— Cap. X	Desafio de Nuno Álvares ao filho do Mestre de Santiago de Castela.
— Cap. XIII	Iminência de batalha entre D. Fernando e D. João I de Castela perto de Elvas-Badajoz. Esforços desesperados de N. Álvares para estar presente.
— Cap. XIV	Casamento de D. Beatriz com D. João I de Castela. Durante a boda, o altivo N. Álvares provoca um incidente que motiva uma profecia do rei de Castela.
— Cap. XXVII (2.ª parte)	Despedidas em Coima entre o Mestre de Avis e N. Álvares (e seus homens), enviado como fronteiro para o Alentejo. Discurso do Mestre.
— Cap. XXXI	regresso de N. Álvares ao Alentejo, após ter «perdido» a frota Porto-Lisboa; emboscada aos castelhanos na estrada para Santarém.
— Cap. XXXIV (1.ª parte)	A N. Álvares, em Elvas, chegam notícias de concentração castelhana no Crato, a reforçar com tropas saídas de Lisboa. N. Álvares tenta, sem êxito, intersectar estas em Ponte de Sor.
— Cap. XLIV	Campanha de N. Álvares no Minho: ocupação de Vila Nova de Cerveira, Caminha e Monção (que se lhe entregam espontaneamente).
— Cap. LIV (1.ª parte)	Desafio castelhano a N. Álvares e resposta deste. Encaminhamento das tropas portuguesas para Valverde. As vésperas da batalha.
— Cap. LVIII	Cortes de Braga. N. Álvares, nomeado «procurador» dos fidalgos do reino, é mal sucedido junto do rei. Morte da mulher de N. Álvares. Projecta-se o casamento de D. Beatriz de Castro com N. Álvares, a quem desagrada a ideia.
— Cap. LIX	Combates no Alentejo; ataque do Mestre de Santiago à Vidigueira; grande desforra de N. Álvares em Vila Nova de Fresno; regozijo de D. João I e rancor de alguns maldizentes que invejavam N. Álvares.

Fernão Lopes e os cronistas

QUADRO N.º 3

CAPÍTULOS (OU PARTES DE CAPÍTULO) DA
CRÓNICA DO CONDESTABRE QUE FERNAO LOPES SEGUE
MUITO DE PERTO NA SUA NARRATIVA:

Localização na CC	Assunto Versado	Observações
— Cap. I	A linhagem de Nuno Alvares Pereira.	F. Lopes acrescenta que N. Alvares nasceu em Junho de 1360.
— Cap. III	O pai de N. Alvares projecta casá-lo com D. Leonor Alvim, viúva de Vasco G. Barroso. Aceitação desta e de D. Fernando.	_____
— Cap. IV	Após numerosas tentativas, N. Alvares (com 16 anos e meio) é finalmente convencido a casar com D. Leonor Alvim.	_____
— Cap. V	Casamento de N. Alvares e vida do casal no Minho.	F. Lopes aceita a versão de que D. Leonor «verdadeiramente era donzela».
— Cap. VIII	D. Fernando chama N. Alvares (então no Minho) a Portalegre. Comitiva de N. Alvares.	_____
— Cap. XXV	Discussão política em Almada, entre o Mestre de Avis e o conde D. Alvaro Peres de Castro. Intervenção de N. Alvares e de D. Pedro de Castro.	Serve a F. Lopes na parte da <i>CDJ,I</i> , cap. LXXV, referente a N. Alvares.
— Cap. XXVIII (2.ª e 4.ª partes)	Antes da batalha de Atoleiros, N. Alvares recruta, com dificuldade, tropas no Alentejo. Hesitações dos seus homens e discurso de N. Alvares. Resposta de N. Alvares a um emissário castelhano que o desencorajava da batalha.	Usado muito fielmente por F. Lopes nos caps. XCII (2.ª parte) e XCIV da <i>CDJ,I</i> .
— Cap. XXXIX	Cerco, infrutífero, de N. Alvares, a Vila Viçosa.	Ligeiramente «ajeitado» por Lopes, no final do cap. CLXXII da <i>CDJ,I</i> .
— Cap. XLIII	Episódios da campanha de N. Alvares no Minho.	Pequenas modificações de pormenor em F. Lopes.
— Cap. XLVIII	D. João I e N. Alvares regressam à pressa do Minho. Escaramuças junto do Tejo. Façanha de N. Alvares e sua grande generosidade. Arraial em Alenquer, contra Vasco Peres de Camões.	F. Lopes distribui este capítulo da CC por 3 capítulos seus, entre outros relatos.
— Cap. L	Movimentos de N. Alvares rumo a Abrantes, onde se discutirá a oportunidade da batalha (de Aljubarrota).	Surge já no final do cap. XXV da <i>CDJ,II</i> , de Lopes.
— Cap. LII	Após Aljubarrota, cumpre-se a profecia do alfageme de Santarém.	_____
— Cap. LIII (2.ª parte)	(Preparativos de N. Alvares para Valverde). Um bom presságio. Disciplina e piedade de N. Alvares na guerra.	Usado muito fielmente por Lopes no cap. LIV da <i>CDJ,II</i> .
— Cap. LVI (1.ª parte)	Incurção de D. João I e N. Alvares em Castela.... Histórias de um escudeiro sacrílego, de uma tempestade divina e de uma falsa amizade.	Serve a F. Lopes para construir quase todo o cap. LXXIV da <i>CDJ,II</i> .
— Cap. LXI	Doações de N. Alvares aos que com ele serviram na guerra.	Longa lista, praticamente sem correcções de F. Lopes.
— Cap. LXIII (2.ª parte)	Na sequência das decisões de D. João I em Atouguia, N. Alvares reúne os seus homens em Estremoz e apressa-se para deixar Portugal. D. João tenta demover o Condestável: negociações e acordo.	Fielmente utilizado por Lopes, <i>CDJ,II</i> , cap. CLIV.
— Cap. LXXII (parte relativa a N. Alvares)	Participação de N. Alvares nas negociações de paz com Castela (Fevereiro de 1399).	Utilização visível por F. Lopes nos caps. CLXXVIII e CLXXXII da <i>CDJ,II</i> .
— Cap. LXXIV (1.ª parte)	Estando a findar as tréguas de 9 meses com Castela, recebe-se novo ataque do rei castelhano. N. Alvares é chamado a Santarém por D. João I, para reunião do conselho de guerra.	Este troço do cap. LXXIV da CC é nitidamente usado no fim do cap. CLXXXIII da <i>CDJ,II</i> .

QUADRO N.º 4

CAPÍTULOS (OU PARTES DE CAPÍTULO) DA *CRONICA DO CONDESTABRE QUE FERNAO LOPES APROVEITA DE FORMA ALGO CONDICIONADA NA SUA NARRATIVA, ENTRE OUTRAS FONTES:*

Localização na CC	Assunto Versado	Observações
— Cap. IX	Operações no Alentejo (com a comparticipação de N. Álvares) ordenadas por D. Fernando e em resposta a ataques do Mestre de Santiago de Castela.	F. Lopes, cuja narrativa apresenta outra sequência, acrescenta (no final do cap. CXX da <i>CDF</i>), que o infante D. João cercou Elvas por 25 dias.
— Cap. XI	D. Fernando proíbe N. Álvares de consumir o desafio que fizera ao filho do Mestre de Santiago. Insistências de N. Álvares, que solicita, sem êxito, a mediação do conde de Cambridge junto do rei.	F. Lopes segue a par e passo o relato da CC, mas elimina o troço final: os ingleses ainda não tinham chegado!
— Cap. XII	D. Pedro Alvares Pereira, prior do Hospital e irmão de N. Álvares, é nomeado fronteiro de Lisboa durante a 3.ª guerra fernandina. N. Álvares está com ele e comanda uma célebre escaramuça em que luta contra 250 castelhanos.	A narrativa de Lopes é mais sucinta e apresenta de forma cautelosa o combate milagroso de N. Álvares.
— Cap. XVI	Após o funeral e exéquias de D. Fernando, N. Álvares, apreensivo, reflecte sobre o futuro do reino. Ocorre-lhe sugerir ao Mestre de Avis que mate o conde Andeiro. Conspiração com Rui Pereira e o Mestre, que aceita o plano, mas não o executa. Primeiras clivagens entre os irmãos Pereira, acerca de Leonor Teles.	Fernão Lopes acrescenta (no cap. IV da <i>CDJ, I</i>) um duvidoso diálogo entre o Mestre e R. Pereira, sobre L. Teles.
— Cap. XVII	O episódio do alfageme de Santarém. A esta cidade, onde está N. Álvares com o Prior, seu irmão, chega a notícia da morte do conde Andeiro. N. Álvares tenta, sem êxito, mobilizar o Prior para a causa do Mestre de Avis.	F. Lopes desenvolve mais o assunto da discussão entre N. Álvares e o irmão, parecendo valorizar o significado da adesão daquele à causa do Mestre.
— Cap. XVIII	N. Álvares abandona os irmãos para ir para Lisboa, onde está o Mestre de Avis. Leonor Teles (já em Alenquer) chega a pensar mandar prendê-lo. Chegada apoteótica de N. Álvares a Lisboa.	O relato de Lopes inclui mais episódios, especialmente um discurso muito alegórico de N. Álvares aos seus homens, que aderem ao Mestre.
— Cap. XIX	N. Álvares coloca-se ao serviço do Mestre de Avis. Nem a mãe o demove disso. Ao contrário, é ele quem a convence. Como resultado, Iria Gonçalves envia Fernão Pereira para junto do irmão.	Narrativa mais cautelosa de Lopes, que não acredita que o rei de Castela tenha oferecido o condado de Viana a N. Álvares e inclui uma visita do Mestre a Iria Gonçalves.
— Cap. XX	O Conselho do Mestre discute as diversas opções estratégicas. Este acaba por ficar e decide-se a tomada do castelo de Lisboa (com intervenção persuasora decisiva de N. Álvares). Invejas no Conselho contra N. Álvares.	Em Lopes, o relato da tomada do castelo é mais largo e envolve figuras como o conde João A. Telo.
— Cap. XXIII	Plano do Conselho do Mestre para atacar Santarém acaba por não ser concretizado por desconfianças entre tanto surgidas.	F. Lopes introduz mais largamente o assunto.
— Cap. XXVIII (3.ª e 5.ª partes)	(N. Álvares a caminho do Alentejo; dificuldade de recrutamento de tropas). Novo discurso inflamado de N. Álvares aos seus homens, que recebavam o exército castelhano. Sermão de N. Álvares aos desertores Gil Fernandes e Martim R. de Elvas Preparativos e batalha de Atoleiros.	Nos caps. XCIII e XCV da <i>CDJ, I</i> , Lopes acentua as desconfianças populares em relação a N. Álvares e relata mais largamente o combate.
— Cap. XXIX	Movimentações militares de N. Álvares após Atoleiros: Monforte, Assumar, Arronches e Alegrete.	F. Lopes acrescenta um prefácio e algumas pormenorizações, acentuando a ideia de que houve mesmo combate no castelo de Arronches.
— Cap. XXXII	Nuno Alvares toma Monsaraz.	F. Lopes aproveita para zurzir alguns fidalgos cuja fidelidade ao M. de Avis era por demais duvidosa.
— Cap. XXXIII	Recontro entre N. Álvares e João Rodrigues de Castanheda em Elvas-Badajoz.	O relato de F. Lopes é um bocado mais longo, embora nada contraditório.
— Cap. XXXVI (1.ª e 3.ª partes)	O rei de Castela levanta o cerco a Lisboa. Aflição de N. Álvares que, de Palmela, vê Lisboa em chamas.... N. Álvares atravessa o Tejo perigosamente e encontra-se com o Mestre em Lisboa.	A narrativa de Lopes é coincidente, embora trate também muitos outros aspectos.

QUADRO N.º 4 (Continuação)

— Cap. XXXVII	Tomada da vila e do castelo de Portel por Nuno Alvares — episódios adjacentes (especialmente o perjúrio de Fernão Pereira).	Lopes alarga o relato (incluindo um episódio de embriaguez nas hostes de N. Alvares).
— Cap. XXXVIII	N. Alvares em Elvas para pacificar um levantamento contra o Mestre. Depuração política. Ataque frustrado a Vila Viçosa: morte de Fernão Pereira (cumpre-se a profecia de N. Alvares) provoca um triste regresso a Borba.	O relato de Lopes (com base na CC) é mais longo e envolve a reterência a depuração de Gil Fernandes de Elvas. Lopes usa também outras fontes.
— Cap. XLI (1.ª parte)	Nuno Alvares e o Mestre de Avis cercam Torres Vedras. Após algumas conspirações contra o Mestre, o cerco é levantado.	A narrativa de F. Lopes (<i>CDJ,I</i> , caps. CLXXIV a CLXXVIII) é mais ampla, mas na linha da da CC.
— Cap. XLVI	Campanha de D. João I e do Condestável no Minho. Tomada da cidade e do castelo de Braga. N. Alvares tenta convencer Gonçalo P. Coelho a entregar Guimarães (o que não consegue).	Lopes introduz o tema, que reata de forma algo confusa. Não aproveita a parte final do cap. da CC porque fora do seu contexto.
— Cap. XLVII	Tomada de Ponte de Lima por D. João e Nuno Alvares. Regresso a Braga e Guimarães e protecção das «conquistas» do Minho.	A narrativa da CC é muito breve. A de Lopes muito longa (4 capítulos), mas sem contradições.
— Cap. LI	Conselho régio em Abrantes: após retirada em protesto de N. Alvares decide-se dar batalha aos castelhanos. A batalha de Aljubarrota (movimento de tropas, conversações, combate e vitória). Chegada triunfal a Santarém.	O relato de Lopes é imenso e inclui muito Ayala, mas o que a CC diz é confirmado. A chegada a Santarém surge apenas no cap. LI da <i>CDJ,II</i> .
— Cap. LIII (1.ª parte)	Após Aljubarrota, N. Alvares alimenta o projecto de uma entrada em Castela e recruta tropas em Estremoz. Preparativos de guerra.	Utilizado, entre outras fontes, por F. Lopes, no cap. LIII da <i>CDJ,II</i> .
— Cap. LIV (2.ª e 4.ª partes)	A batalha de Valverde: os movimentos das tropas, o combate nos quatro cabeços e a vitória de N. Alvares após dois dias de luta.	Utilizado por F. Lopes de forma relativamente livre (espec. nos caps. LVI e LVIII da <i>CDJ,II</i>).
— Cap. LX	Cerco vitorioso de Campo Maior [Setembro de 1388]. N. Alvares manda construir uma igreja no local da batalha de Aljubarrota e o mosteiro de Santa Maria do Carmo, em Lisboa.	O relato de F. Lopes é muito mais desenvolvido, mas não contraditório.
— Cap. LXIII (1.ª parte)	Chamamento régio a Atouguia. D. João I decide reaver terras e rendas que tinha dado (de préstamo e parte das de juro e herdade) a N. Alvares. Este reage veementemente ao projecto do rei e de alguns conselheiros que invejavam o Condestável.	Lopes faz uma introdução relevante do problema (acordos antigos entre Nuno Alvares e o Mestre, património daquele, etc.) e co-responsabiliza também o Dr. João das Regras pelo projecto do rei.
— Cap. LXV	N. Alvares em Santarém com D. João I, a cujo chamamento ninguém mais responde. O Mestre de Santiago ataca o Alentejo. Desconfiança de D. João I em relação ao Prior do Hospital (Alvaro G. Camelo), que é preso.	F. Lopes (já na 2.ª parte do cap. CLX da <i>CDJ,II</i>) é mais específico na referência ao comprometimento e prisão do Prior do Hospital.
— Cap. LXVI	Nova incursão de N. Alvares em Castela. Ataque a Cáceres. Fama, autoridade e comportamento exemplar do Condestável.	Lopes justifica a incursão com base na violação, pelo Mestre de Santiago, de um acordo com N. Alvares.
— Cap. LXVIII	Recuperado de uma doença, N. Alvares deseja cumprir o que prometera ao M. de Santiago: entrar em Castela. Preparativos e combates. Destaque de Martim Afonso de Melo, peripécias no arraial de N. Alvares e comportamento religioso deste.	F. Lopes caracteriza mais em pormenor o comportamento hesitante e dúbio do M. de Santiago.
— Cap. LXX	Operações militares de N. Alvares, activo em várias frentes (Covilhã, Viseu, etc.). Encontro com D. João I no Porto e reconciliação do Prior do Hospital com o monarca, por acção de N. Alvares.	Este capítulo da CC é muito curto. F. Lopes usa as suas informações muito dispersamente, pelo meio da sua narrativa.
— Cap. LXXIII	Disputa entre D. João I e o Condestável sobre o futuro ocupante do Priorado do Hospital. Vitória do candidato de N. Alvares.	F. Lopes resume, com alterações muito ligeiras,
— Cap. LXXIV (2.ª parte)	Finda a trégua de 9 meses com Castela, e perante a ameaça castelhana, D. João I decide cercar Alcântara (episódios do cerco). N. Alvares é encarregado, pelo monarca, da justiça no Alentejo e Algarve.	F. Lopes utiliza também outras fontes, talvez relativas à guerra no Alentejo.
— Cap. LXXVI	Casamento de D. Beatriz Pereira (filha de N. Alvares) com D. Afonso (bastardo de D. João I). Dote de N. Alvares à filha. Descendência do novo casal.	F. Lopes introduz o tema e acrescenta Guimarães ao dote do Condestável à filha.
— Cap. LXXX (1.ª parte)	Elogio de N. Alvares — comportamento e obras feitas por serviço de Deus.	A versão da CC é mais «mística» do que a de F. Lopes.

Revista de História das Ideias

QUADRO N.º 5

CAPÍTULOS (OU PARTES DE CAPÍTULO) DA *CRONICA DO CONDESTABRE* ONDE SE CONTEM MATÉRIA QUE É OBJECTO DE UM TRATAMENTO CLARAMENTE DIFERENTE POR PARTE DE FERNÃO LOPES

Localização na CC	Assunto Versado	Observações
— Cap. II	Guerra fernandina com Henrique II de Castela e missão de espionagem de N. Álvares (com 13 anos) em Santarém: relato inventado de N. Álvares sobre as tropas castelhanas. L. Teles toma-o como seu escudeiro e N. Álvares recebe o velho arnés do Mestre de Avis.	F. Lopes acrescenta um prognóstico sobre N. Álvares feito por um astrólogo da casa de D. Álvaro Pereira e omite completamente o episódio do relato inventado por N. Álvares sobre os castelhanos.
— Cap. VI	Morte de D. Álvaro Pereira, prior do Hospital e pai de N. Álvares. Exéquias na igreja de Frol de Rosa, onde Deus fez e faz muitos milagres.	F. Lopes, além de abreviar o elogio do pai de N. Álvares, omite os milagres ocorridos na igreja de Frol de Rosa.
— Cap. VII	D. Pedro Álvares Pereira novo prior do Hospital (em prejuízo de Álvaro Gonçalves Camelo). Face aos ataques dos castelhanos (Mestre de Santiago), D. Fernando estabelece as suas fronteiras no Alentejo (3.ª guerra fernandina).	Segundo o relato da <i>CDI</i> , a iniciativa atacante é toda ela de D. Fernando, e não do Mestre de Santiago de Castela.
— Cap. XV	N. Álvares vem do Minho a Lisboa (com alguns companheiros de armas) para assistir às exéquias por D. Fernando. Grave conflito com Leonor Teles, a propósito da aposentadoria dos escudeiros de N. Álvares.	F. Lopes omite completamente o conflito entre N. Álvares e L. Teles sobre as aposentadorias.
— Cap. XXI	Cerco fracassado do Mestre de Avis a Alenquer. Fuga das tropas do Mestre, ao saberem da presença do exército do rei de Castela em Santarém.	F. Lopes não refere qualquer deserção de tropas do Mestre de Avis.
— Cap. XXIV	Expedição de N. Álvares a Sintra para obter mantimentos. Fuga das tropas de N. Álvares perante a notícia de reforços castelhanos. Ataque de N. Álvares no Lumiar e recuo dos castelhanos, ao verem D. Nuno e as suas tropas: campo e honra por N. Álvares.	F. Lopes atenua consideravelmente o episódio da deserção dos homens de N. Álvares. Quanto ao ataque vitorioso, é precedido de um grave revés das tropas comandadas pelo Mestre de Avis.
— Cap. XXVI	Almada passa para o Mestre de Avis, após uma expedição de N. Álvares.	Em Lopes, a expedição é do próprio Mestre.
— Cap. XXVII (1.ª parte)	Preparativos de N. Álvares antes de partir para o Alentejo. Grave disputa entre ele e D. Pedro de Castro, a propósito do pagamento de soldos. Avençura fluvial (algo irresponsável) de N. Álvares, perto de Cacilhas, em movimento bem sucedido contra a frota castelhana.	F. Lopes omite a desavença de N. Álvares com o filho do conde D. Álvaro Peres de Castro, bem como a estranha aventura fluvial de D. Nuno.
— Cap. XXVIII (1.ª parte)	N. Álvares em Setúbal (onde é mal recebido), a caminho do Alentejo. Acampamento no arrabalde. Alarame durante a noite dado pela sentinela Lourenço Fernandes: movimento militar inútil, porque se tratava de rebate falso.	O cap. XC da <i>CDI</i> transforma o engano da sentinela em manobra de N. Álvares, destinada a testar a coragem dos seus homens.
— Cap. XXX	N. Álvares pretende integrar a frota portuguesa que vem do Porto para Lisboa. Por «corrupta intenção» dos que a comandam (o conde D. Gonçalo e Rui Pereira) nunca a consegue alcançar. Diálogos com o Mestre de Cristo e Gonçalo V. de Azevedo. Plano (não aprovado) de N. Álvares de atacar Lisboa cercada, em acção conjugada com o Mestre de Avis.	Segundo F. Lopes, N. Álvares procura integrar a frota por ordem do Mestre de Avis, e não espontaneamente. Lopes também omite o plano de N. Álvares de ataque a Lisboa.
— Cap. XXXIV (2.ª parte)	Tensão e desafios entre N. Álvares e Pêro Sarmento, capitão castelhano. Os castelhanos tardam em dar batalha. Cansadas, as tropas de N. Álvares começam a desertar e a dispersar-se pelas vinhas, tornando-se presa fácil. Pêro Sarmento toma Arraiolos e segue para Lisboa, sem que N. Álvares o consiga alcançar.	F. Lopes justifica o desastre português nas vinhas com uma grande tempestade, acrescenta um sermão do rei de Castela a P. Sarmento por não ter enfrentado directamente N. Álvares, e não conta como os castelhanos fugiram ao contra-ataque de D. Nuno.
— Cap. XXXVIII	[Ataque frustrado de Nuno Álvares a Vila Viçosa, no qual morre Fernão Pereira (v. quadro n.º 4)]. Desesperado pela morte do irmão, N. Álvares é impedido pelos seus de cometer graves imprevidências militares.	F. Lopes omite completamente as imprevidências militares que N. Álvares se preparava para cometer.

QUADRO N.º 5 (Continuação)

<p>— Cap. XLI (2.ª parte)</p>	<p>Levantado o cerco de Torres Vedras, o Mestre encaminha-se para Coimbra, para fazer cortes. Estas, destinavam-se a apurar se deveria ou não tomar o título de rei que lhe era requerido. Episódios da viagem e recepção calorosa em Coimbra, por parte das crianças da cidade.</p>	<p>Lopes acrescenta graves dissonâncias à passagem por Leiria. Acerca do objectivo das cortes, o relato de Lopes é hesitante e até contraditório: tratar da guerra? escolher o rei?</p>
<p>— Cap. XLII</p>	<p>As cortes de Coimbra — os partidários do Mestre de Avis (especialmente N. Alvares) e os seus rivais (os Cunha e outros). Deus decide pelo triunfo da causa do Mestre, que é recebido por rei. Juramento e menagem dos seus apoiantes e retirada dos outros. N. Alvares feito Condestável do reino.</p>	<p>Relato muito mais largo de F. Lopes, que se centra na figura do Dr. João das Regras (que a CC nem menciona). Para Lopes, o Mestre foi alçado e aclamado como rei com o acordo e empenhamento de todos os grandes e comum povo.</p>
<p>— Cap. LIV (3.ª parte)</p>	<p>Batalha de Valverde (ver quadro n.º 4). No mais vivo da refrega, Nuno Alvares ajoelha-se ao pé de umas pedras, a rezar e a louvar a Deus, como era seu costume. Durante algum tempo, ninguém o arrancou às suas orações.</p>	<p>Lopes alarga substancialmente o episódio da devoção de N. Alvares, que se isola do local da batalha sem que ninguém, durante muito tempo, soubesse onde estava.</p>
<p>— Cap. LV</p>	<p>D. João I cerca Chaves e manda chamar N. Alvares, que está no Alentejo. No caminho para Chaves eclode um grave conflito que opõe o Condestável a Antão Vasques, o qual, castigado, deserta da hoste e vai queixar-se ao monarca. Em Chaves, N. Alvares vem a desfazer todas as intrigas junto de D. João I. Tomada de Chaves. Campanha de Trás-os-Montes: graves discussões entre N. Alvares e alguns fidalgos da Beira (Cunha, Pacheco e outros), que Deus castiga exemplarmente.</p>	<p>F. Lopes omite o conflito entre Antão Vasques e N. Alvares e as discussões entre N. Alvares e alguns fidalgos da Beira.</p>
<p>— Cap. LVI (3.ª parte)</p>	<p>Cerco de Coira, levantado devido a uma epidemia no arraial português. Regresso a Portugal.</p>	<p>F. Lopes apresenta outra versão do cerco de Coira, o qual não terá sido levantado apenas devido à epidemia, mas também por sérias divergências de tática militar entre o monarca e o seu Condestável.</p>
<p>— Cap. LVII</p>	<p>O duque de Lencastre ataca a Galiza. D. João I chama D. Nuno a Ponte da Barca, onde se acerta o casamento do monarca e uma entrada conjunta em Castela. N. Alvares vai recrutar tropas ao Alentejo enquanto ocorrem as bodas de D. João e D. Filipa. Longa entrada de D. João e N. Alvares em Castela, na qual o conde salva Gonçalo V. Coutinho. Regresso a Portugal. Doença e cura de D. João I.</p>	<p>Lopes distribui estes assuntos por muitos capítulos. Apresenta D. João I a recrutar tropas com N. Alvares no Alentejo e este como «mestre-sala» das bodas de D. João e D. Filipa. Troca G. V. Coutinho por Martim V. da Cunha e reputa de quase «ressurreição» a cura de D. João I.</p>
<p>— Cap. LXIV</p>	<p>Tomada de Badajoz [em 1396], com colaboração activa de Martim Afonso de Melo. N. Alvares vai a Elvas assegurar a defesa de Badajoz e manda libertar o alcaide de Albuquerque e retirar do poder de M.º Afonso o marechal de Castela. Incurião castelhana sobre Viseu inclui Martim Vasques da Cunha (e outros portugueses). Dificuldades de D. João I em mobilizar tropas.</p>	<p>F. Lopes não refere a atitude de N. Alvares em relação ao alcaide de Albuquerque e ao marechal de Castela e acrescenta uma resposta activa de N. Alvares a D. João I, sobre a mobilização de tropas.</p>
<p>— Cap. LXVII</p>	<p>Grave doença de Nuno Alvares Pereira. A doença (repentina) dura três meses e parece de foro mental, provocando graves destemperos no comportamento social do Condestável. A cura é também ambígua e algo repentina.</p>	<p>F. Lopes dedica sete linhas (totalmente impessoais) ao assunto.</p>
<p>— Cap. LXIX</p>	<p>Estando em Montemor, N. Alvares vê-se confrontado com quatro opções militares urgentes: Tuy, Lisboa, Beira e Alentejo. Decide acorrer à Beira (apesar da má vontade dos seus capitães, mal recompensados) invadida pelo infante D. Dinis. Auxílio precioso de M. A. de Melo. N. Alvares socorre o Prior do Hospital, fugido da prisão. Já na Beira, vê D. Dinis recuar para Castela.</p>	<p>A opção militar «Lisboa» não consta de F. Lopes, para quem M. A. de Melo se opôs à libertação do Prior do Hospital. Para Lopes, o infante D. Dinis foge ao combate com N. Alvares contra a opinião dos portugueses que com ele andavam.</p>
<p>— Cap. LXXII</p>	<p>Negociações de paz com Castela, em Olivença. Composição das delegações e decurso das negociações. Conclusão: trégua por nove meses. (v. também o quadro n.º 3).</p>	<p>A versão de F. Lopes é diferente quanto à composição das delegações (onde inclui juristas) e muito ambígua quanto ao resultado das negociações (nenhum? trégua de 9 meses?)</p>
<p>— Cap. LXXIV (3.ª parte)</p>	<p>Nuno Alvares, nomeado responsável pela justiça no Alentejo e Algarve, pede a D. João I que lhe retire o cargo, por não querer criar mais inimizades com os «grandes e bons que com ele acompanhavam».</p>	<p>Segundo F. Lopes, N. Alvares demite-se do cargo porque D. João I o desautorizava abusivamente quando lhe convinha.</p>

Revista de História das Ideias

QUADRO N.º 6

CAPÍTULOS DA CRÓNICA DO CONDESTABRE ONDE SE CONTEM
MATERIA EXPRESSAMENTE DESMENTIDA POR FERNÃO LOPES:

Localização na CC	Assunto Versado	Observações
— Cap. XXII	Ao saber que o conde de Maiorgas estava em Santarém com o rei de Castela, N. Alvares decide requestá-lo para um combate de trinta por trinta. O Mestre de Avis aceita a ideia e manda N. Alvares desafiar o famoso conde castelhano. E acordado o dia do combate. Porém, o Mestre, vendo que tinha muitos trabalhos em mãos, acaba por proibir N. Alvares de consumir o desafio.	F. Lopes reproduz a versão da CC. Mas acrescenta que acredita mais numa outra versão, segundo a qual o conde de Maiorgas, D. Pedro Alvares de Lara, é que desafiaria o Mestre de Avis, por intermédio de um jogral, N. Alvares interpõe-se e pretende ocupar a posição do Mestre, o que o conde de Maiorgas não aceita, por lhe não reconhecer ainda autoridade.
— Cap. XXXV	Movimentações militares de N. Alvares (em cumprimento de ordens do Mestre de Avis) na região de Palmela. Tomada do castelo de Palmela, que estava pelos castelhanos. N. Alvares pensa atacar Almada e envia um grande porco de presente a Pêro Sarmento, capitão de Castela. Escaramuças às portas de Almada e façanhas de N. Alvares. Em Lisboa, o rei castelhano irrita-se com a irreverência de N. Alvares.	F. Lopes desmente a versão da CC de que N. Alvares tomou Palmela, pois esta sempre estivera (tal como os outros lugares do Mestrado de Santiago) por Portugal. Lopes desmente também (com igual contundência) a história do porco enviado a Pêro Sarmento (a qual é, aliás, segundo Lopes, comum a outras narrativas).
— Cap. XXXVI (2.ª parte)	(Levantado o cerco castelhano, N. Alvares vai encontrar-se com o Mestre de Avis em Lisboa — v. quadro n.º 4). O plano de N. Alvares era o de atacar o rei castelhano na sua retirada fúnebre de Portugal. O Mestre mandara-o esperar por ele. Agora, em Lisboa, N. Alvares insiste, mas o Mestre continua a adiar o projecto, até que o rei castelhano acaba por se pôr a salvo.	Lopes recorda, sucintamente, a versão da CC, mas prefere outra (de um outro compilador) segundo a qual o Mestre deu andamento ao plano de N. Alvares, marcando o início da perseguição conjunta para Palmela, não se tendo concretizado a operação apenas porque o rei de Castela deixou Santarém mais cedo do que estava previsto.
— Cap. XLV	D. João I encontra-se, no Porto, com a mulher do Condestável (os quais nunca se tinham visto). Nesta ocasião, o monarca faz a D. Leonor Alvim (e a N. Alvares) uma série de doações de terras.	Segundo F. Lopes, D. João I não fez nesta altura quaisquer doações a N. Alvares, muito menos através da sua mulher, tratando-se antes de bens doados directamente ao Condestável após Aljubarrota — Lopes contesta expressamente a versão da CC.
— Cap. XLIX	D. João I envia N. Alvares ao Alentejo para recrutar mais tropas. Junto ao porto de Muge, parte das tropas de N. Alvares é tomada de pânico ao saber da presença castelhana em Santarém e foge. Valentias de Antão Vasques guardando a ponte de Muge durante a noite. Em Montemor, N. Alvares sabe de um desastre militar dos seus homens, em Arronches. Novos recrutamentos (apressados) de tropas.	F. Lopes contesta duramente a versão da CC acerca das deserções a N. Alvares em Santarém-Muge (além de omitir as valentias de Antão Vasques). A parte final do capítulo da CC (recrutamento apressado de tropas por N. Alvares, segundo ordens de D. João I) surge envolta num desmentido confuso (não expressamente dirigido à CC) e onde se esconde uma certa tensão existente entre o Condestável e o monarca português.
— Cap. LVI (2.ª parte)	[Campanha de Trás-os-Montes: o ambiente entre N. Alvares e os fidalgos da Beira é de tensão; faz-se uma incursão em Castela] N. Alvares comanda uma expedição a S. Felizes e Feolhosar, durante esta, Martim Vasques da Cunha, João Fernandes Pacheco e o Mestre de Cristo, entre outros, desencadeiam uma autêntica conspiração contra N. Alvares Pereira.	F. Lopes adianta que não se deve fazer caso dessa história de desavenças entre o Condestável e aqueles fidalgos, afirmando que «nom ouve nenhum aroydo...».

Fernão Lopes e os cronistas

QUADRO N.º 7

CAPÍTULOS DA CRÓNICA DO CONDESTABRE QUE FERNAO LOPES
PURA E SIMPLEMENTE NÃO UTILIZA (DE NENHUMA FORMA)
NAS SUAS OBRAS:

Localização na CC	Assunto Versado	Observações
— Cap. XL	Libertação de Alvaro Coitado por Nuno Álvares Pereira, após o ataque frustrado a Vila Viçosa em que morreu Fernão Pereira.	_____
— Cap. LXII	Nuno Álvares em Évora: notícia de incursão do Mestre de Alcântara, Martim Anes de Barvudo, na Beira. N. Álvares acorre (apesar da má vontade dos seus capitães, por falta de soldo), mas vem a saber que o inimigo já retirara para Castela.	_____
— Cap. LXXI	Instabilidade em Moura, devido ao comportamento duvidoso do alcaide Alvaro Gonçalves. N. Álvares repõe, persuasivamente, a estabilidade.	_____
— Cap. LXXV	Morte do infante D. Afonso, primogénito de D. João I, em Braga. Dó e doença de N. Álvares. Chamamento régio a Leiria: menagens a D. Duarte, novo primogénito.	Fernão Lopes, <i>CDJII</i> , cap. CXLVIII, limita-se a noticiar o nascimento do infante D. Afonso em 1390 e a sua morte aos 12 anos (juntamente com os dados relativos aos outros filhos de D. João I e D. Filipa de Lencastre).
— Cap. LXXVII	Morte de D. Beatriz Pereira (filha de N. Álvares). O pai recebe a notícia em Vila Viçosa, onde mandava edificar uma igreja de Santa Maria. N. Álvares quase morre de nojo, não fora Deus. Desespero de N. Álvares e solenes exéquias por D. Beatriz.	_____
— Cap. LXXVIII	Conquista de Ceuta, com a participação de N. Álvares, que desempenha um papel essencial.	E já assunto de Gomes Eanes de Zurara.
— Cap. LXXIX (completado na 2.ª parte do cap. LXXX)	Entrada de Nuno Álvares para o mosteiro de Santa Maria do Carmo, em Lisboa [1422]. Disponibilidade, ainda, para defender Ceuta, o que não foi necessário. Vida religiosa e morte de D. Nuno aos 71 anos. Nuno Álvares no Convento do Carmo doa todos os seus bens (excepto uma samarra) e alimenta três desejos: mendigar, ser chamado apenas de «Nuno» e desaparecer sem ninguém saber mais dele. É o infante D. Duarte quem o dissuade e lhe atribui uma tença anual, com que N. Álvares dava esmolas. No local do túmulo de Nuno Álvares, Deus fez e faz muitos milagres.	A narrativa de Fernão Lopes interrompe-se, virtualmente, cerca do ano de 1411...
— Cap. LXXX (2.ª parte)		